

## **CONDIÇÃO DE MORADOR: A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA SENHOR DO BONFIM/AREIA-PB**

CONDICIÓN RESIDENTE: LA FORMACIÓN DE LA COMUNIDAD NEGRA SENHOR DO BONFIM/AREIA-PB

RESIDENT CONDITION: THE FORMATION OF THE BLACK COMMUNITY SENHOR DO BONFIM/AREIA-PB

### **SANTOS, GEILZA DA SILVA**

Doutoranda em História (PGH/UFRPE)

E-mail: [ilza.sts@hotmail.com](mailto:ilza.sts@hotmail.com)

#### **RESUMO**

As comunidades negras contemporâneas, de múltiplas origens, vislumbraram, a partir, da aplicabilidade do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, contido na Constituição de 1988, que reconhece o direito de propriedade às terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, uma possibilidade para solucionar a questão fundiária em que estavam imersas. Advindas de processos históricos de negação ao direito à terra, várias comunidades passam a se organizar coletivamente em torno da questão fundiária, com vistas à conquista do que lhes fora negado ao longo dos séculos. A comunidade Negra Senhor do Bonfim/Areia-PB, reconhecida como comunidade quilombola em 18 de abril de 2005, demonstra a complexidade das várias experiências vivenciadas pela população negra no pós-abolição no estado da Paraíba e, que na atualidade, recebem o reconhecimento enquanto comunidade quilombola. Sua formação está ligada a uma prática recorrente no brejo paraibano, a condição de morador ou “assujeição”. É sabido que a abolição não trouxera melhores condições de vida para estes, com isso, surgiram novas formas de sujeições, sem nenhum aparato jurídico, não se tinha muitas escolhas a não ser viver, de maneira assimétrica em relação aos proprietários dos engenhos, nesse frágil direito à terra. Com vistas a uma compreensão sobre essa experiência, abordaremos o processo de formação da comunidade no município de Areia, através da utilização dos censos demográficos (1872–2010), da historiografia local e dos relatos orais dos moradores.

PALAVRAS-CHAVE: comunidade rural, condição de morador; população negra.

#### **RESUMEN**

Las comunidades negras contemporâneas, de múltiples orígenes, vislumbraron, con base en la aplicabilidad del artículo 68 de la Ley de Disposiciones Constitucionales Transitorias, contenida en la Constitución de 1988, que reconoce el derecho de propiedad sobre las tierras ocupadas por las comunidades remanentes de los quilombos, posibilidad de solucionar el problema territorial en el que se encontraban inmersos. A partir de procesos históricos de negación del derecho a la tierra, varias comunidades comenzaron a organizarse colectivamente en torno al tema de la tierra, con miras a conquistar lo que les había sido negado a lo largo de los siglos. La comunidad negra Senhor do Bonfim/Areia-PB, reconocida como comunidad quilombola el 18 de abril de 2005, demuestra la complejidad de las diversas experiencias vividas por la población negra en el período posterior a la abolición en el estado de Paraíba, que actualmente recibe el reconocimiento como comunidad quilombola. Su formación está ligada a una práctica recurrente en la ciénaga de Paraíba, la condición de habitante o “sujeción”. Se sabe que la abolición no trajo mejores condiciones de vida para estos, con eso, surgieron nuevas formas de sujeción, sin ningún aparato legal, no había más remedio que vivir, asimétricamente en relación a los dueños de los ingenios, en este frágil derecho a la tierra. Con el fin de comprender esta experiencia, abordaremos el proceso de formación de la comunidad en el municipio de Areia, a través del uso de los censos demográficos (1872-2010), la historiografía local y los relatos orales de los habitantes.

PALABRAS CLAVES: comunidad rural, condición de residente; población negra.

**ABSTRACT**

Contemporary black communities, from multiple origins, envisioned, based on the applicability of article 68 of the Temporary Constitutional Provisions Act, contained in the 1988 Constitution, which recognizes the right of ownership to the lands occupied by communities remaining from quilombos, a possibility to solve the land issue in which they were immersed. Arising from historical processes of denial of the right to land, several communities began to organize themselves collectively around the land issue, with a view to conquering what had been denied them over the centuries. The Black community Senhor do Bonfim/Areia-PB, recognized as a quilombola community on April 18, 2005, demonstrates the complexity of the various experiences lived by the black population in the post-abolition period in the state of Paraíba and, which currently receive recognition as quilombola community. His training is linked to a recurrent practice in the of Paraíba marsh, the condition of inhabitant or "subjection". It is known that abolition did not bring better living conditions for these, with that, new forms of subjection emerged, without any legal apparatus, there were not many choices but to live, asymmetrically in relation to the owners of the mills, in this fragile right to land. With a view to understanding this experience, we will approach the process of community formation in the municipality of Areia, through the use of demographic censuses (1872–2010), local historiography and oral reports of residents.

**KEYWORDS:** rural community, resident status; black population.



## INTRODUÇÃO

A história dos quilombos, do passado e do presente, transformou-se em bandeira de luta das comunidades negras rurais, remanescentes dos quilombos da época da escravidão, mas também de vários grupos formados a partir delas e nas décadas seguintes do pós-emancipação. Acima de tudo, trata-se de grupos com uma “secular história de luta pela terra articulada às experiências da escravidão e do pós-abolição” (GOMES, 2015, p.129). O historiador Flávio Gomes (2015) aponta, pois, para a constituição de um campesinato negro no Brasil quando ainda vigorava o sistema escravista e no pós-abolição, ressaltando as mais variadas experiências da população negra, em que o acesso à terra se deu de várias maneiras. Segundo Gomes:

As formações rurais do pós-emancipação foram caracterizadas como um "campesinato itinerante", marcado por famílias negras organizadas por parentesco, culturas ancestrais e uso comum do território. Ali se mesclaram as antigas e reformadas comunidades de fugitivos da escravidão, expandindo-se ainda mais as dimensões dos quilombolas e seus remanescentes, presentes no fim do século XIX, mas também no XX e no XXI (GOMES, 2018, p.394).

Nas décadas seguintes à abolição, a movimentação dos libertos e descendentes de escravos aumentara consideravelmente este campesinato e a proliferação de comunidades negras rurais por todo o Brasil. Com o “fim da escravização” em 1888, por exemplo, alguns refugiados dos quilombos continuaram neles, outros continuaram trabalhando na condição de moradores, de meeiros nas antigas terras onde haviam sido escravizados, alguns receberam as terras mediante doação ou compra, etc. Com isso, constatamos a diversidade de experiências de formações das comunidades negras no Brasil. Os quilombos existiram, resistiram e existem em diferentes regiões do país e, atualmente, existem 3.475 comunidades quilombolas distribuídas por todo o Brasil, de acordo com dados da Fundação Cultural Palmares (FCP), concentrando-se grande parte no nordeste brasileiro.

No Estado da Paraíba, atualmente, existem quarenta e três comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares e três em processo de reconhecimento. Com trajetórias diferenciadas de ocupação da terra, mas que têm em comum a busca por melhores condições de vida. A maioria das comunidades está localizada nas zonas rurais, sendo duas localizadas em área urbana, as comunidades quilombolas de Paratibe (João Pessoa) e do Talhado Urbano (Santa Luzia). Das comunidades negras rurais, a Comunidade Negra Senhor do Bonfim foi formada em domínios de particulares e viviam como subordinados ao proprietário. Situação semelhante em outras comunidades negras paraibanas: Lagoa Rasa e Curralinho em Catolé do Rocha; Barreiras em Coremas; Vaca Morta no município de Diamantes e Mundo Novo em Areia. Entretanto, existem aquelas estabelecidas em terras próprias: Grilo<sup>i</sup>, em Riachão do Bacamarte; Caiana dos Crioulos, em Alagoa Grande; Ipiranga, Gurugi e Mituaçu, em Conde; Pedra D’água, em Ingá; Matão, em Gurinhém; Serra Talhado, em Santa Luzia; Pitombeira, em Várzea; Fonseca, em Manaíra; Contendas, em São Bento e Paratibe em João Pessoa. (SANTOS, 2018). Segundo Fortes & Lucchesi: “todas essas comunidades se formaram em terras tornadas suas por herança, registro ou posse nas décadas finais do regime escravocrata, ou logo após a abolição” (FORTES; LUCCHESI, 2013, p.53). Nessas comunidades, devido à falta de segurança jurídica em relação à essas terras, existe o receio da perda do território. Portanto, as comunidades quilombolas não são reconhecidas, necessariamente, através de sua origem no período escravista, mas a partir da ideia de grupo social, com ancestralidade africana, em que legalização das suas terras perpassam as questões de identidade e territorialidade.

Sabemos que não foram tomadas nenhuma providência reparatória ou de inserção de mulheres e homens negros submetidos aos séculos de escravização, sejam formas de inseri-los na sociedade, seja ao acesso à terra. Fruto de toda essa marginalização, uma abolição sem reparação, é notória a violência que essas populações, ainda nos dias atuais, sofrem no processo de luta pelo acesso e permanência nas terras. Para tanto, as terminologias quilombolas, quilombo e remanescentes quilombolas reaparecem no cenário atual “por meio de três campos teóricos de natureza política, histórica e ideológica, que requerem um esforço analítico para compreender o seu significado no presente, com vistas a não recorrer ao passado escravista” (COSTA, 2016, p.112).

A Comunidade Negra Senhor do Bonfim está localizada no município Areia<sup>ii</sup>, no estado da Paraíba. Recebeu a certificação como remanescentes de quilombo em 18 de abril de 2005, expedido pela fundação Cultural dos Palmares para atender as expectativas da Constituição de 1988 no Art. 68 do Ato das Disposições Transitórias. Atualmente ocupa



uma área de aproximadamente 100 hectares, dentro da propriedade Engenho Bom Fim<sup>iii</sup>, localizada no distrito de Cepilho. As famílias que atualmente constituem a comunidade se estabeleceram no engenho na condição de trabalhadores-moradores<sup>iv</sup>. Sendo formada por dois grupos familiares: os “Faustino” e os “Pedro ou de Maria” que compartilham de uma história em comum marcada pelas relações com a terra e o trabalho no Engenho e, mais recentemente, pela luta para permanecerem na área.

Sua formação se deu após o período escravista, a partir da ocupação de terras pertencentes ao dono do Engenho Bom Fim, na condição de moradores. Compartilhando recursos disponíveis no território o que consiste na “terra de uso comum” (ALMEIDA, 1996), ou seja, grupos sociais que historicamente estabeleceram relações de uso comum com os recursos naturais (solos, hídricos, florestais), controlados por vários ramos familiares que compõem uma unidade social (ALMEIDA, 1996). Assim, não se insere nos chamados “quilombos históricos”, nos quais se encontraria resíduos de antigos quilombos, mas como grupos étnicos, utilizando o conceito do antropólogo Fredrich Barth (1998), sendo um tipo de organização que indica pertencimento por meios que indicam afiliação ou exclusão (SANTOS, 2018, p.78-79).

A luta pela terra na região do Engenho Bom Fim teve início no ano de 2002 com o falecimento da então proprietária e, posteriormente, a venda da fazenda Bom Fim<sup>v</sup> pelos seus herdeiros. A contenda entre proprietários e moradores foi resultado da expulsão destes últimos das terras que viviam há mais de cem anos. O grupo de moradores recebia ameaças constantes e começavam as restrições de algumas áreas essenciais para a sobrevivência do grupo. Um acordo fora oferecido apenas para os moradores mais velhos, que consistia em um único hectare de terra como indenização pelos tempos trabalhados no engenho. No entanto, estes não aceitaram, pois, além das terras serem insuficientes para o sustento das famílias que vivem apenas da agricultura, os privariam de alguns recursos naturais do território. Se a existência da família estava relacionada diretamente com os recursos naturais daquela localidade, a privação tornaria sua sobrevivência inviável, além da expulsão de filhos e netos que também já haviam constituído suas famílias naquele mesmo lugar.

Os moradores do Engenho Bom Fim buscaram alternativas de assegurarem seus direitos na permanência nas terras que viveram durante gerações. A priori, recorreram à Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>vi</sup> em busca de alternativas. O então deputado estadual da Paraíba, Frei Anastácio<sup>vii</sup>, foi procurado por uma comissão composta por 16 membros do grupo, em maio de 2004, e os encaminhou a CPT. Sendo a primeira instituição a amparar as demandas do grupo, seguindo orientações dos advogados, a CPT, em novembro de 2004, entrou com um pedido de vistoria para fins de desapropriação do imóvel Bom Fim junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, resultando na abertura do processo n.º 54320.001528/2004-44 (BRASIL, 2007, p.61-62). Incentivando-os a se organizarem coletivamente para que as ações fossem fortalecidas.

A partir de então, o grupo passa a posicionar politicamente com vistas ao reconhecimento enquanto Comunidade quilombola, recebendo sua certificação em 2005. Nesse sentido, os sujeitos articulam-se para permanecerem no território, dando início a um processo de “politização” utilizando de preceitos estabelecidos no campo científico e jurídico. Para Schmitt et al.: “a identidade quilombola, até então um corpo estranho para estas comunidades negras rurais, passa a significar uma complexa arma nesta batalha desigual pela sobrevivência material e simbólica” (SCHMITT et al., 2002, p.5).

Para historicizar a formação dessa comunidade, se faz necessário compreender, a priori, o contexto social e econômico do município de Areia, além de mapear a população negra, resultando no direcionamento sobre o lugar social que os moradores dessa região ficaram condicionados ao longo dos anos.

## **A ECONOMIA E A POPULAÇÃO NEGRA NO MUNICÍPIO DE AREIA/PARAÍBA**

O município de Areia, localizado no Brejo paraibano, teve sua economia baseada na agricultura, mas com seus “grandes ciclos”, de algodão, cana-de-açúcar e café, nos últimos anos do Império e do agave na república. “Em Areia, com efeito, a lavoura de produção de alimentos sempre conviveu com as culturas de produtos mais rentáveis, isso quando a conjuntura internacional se apresentava favorável” (GAUDÊNCIO, 2007, p. 174).

Horácio de Almeida [1950] (1980), sobre os ciclos econômicos de Areia, aponta que no início do século XIX, o algodão fazia parte da economia areiense, em conjunto ou separadamente se tinha as lavouras subsidiárias. O algodão era valorizado, pois, seu preço estava em alta. Com isso, um grande número de escravizados era trazido para o interior, como constata Maria do Céu Medeiros:



Os resultados demográficos da expansão do algodão, puxando escravos para o interior, aparecem na Estatística da População da Província, em 1851. Nela, as freguesias que possuem maior número de escravos são as mesmas que se destacam como produtoras de algodão. É o caso das vilas de Campina (Grande), Mamanguape, Bananeiras, Independência (Guarabira) e da cidade de Areia (MEDEIROS, 1999, p. 66).

Durante esse período, segundo Fiúza et al (1998), a exploração dos agricultores era menor, pois os grandes proprietários estavam tendo grandes lucros. Assim, suponhamos que seria um período em que tivesse uma maior mão de obra escrava, levando em consideração o exposto por Maria Medeiros. “Porém, com o fim do boom, em 1870, e a queda de preço do algodão provocada pelo retorno dos Estados Unidos ao mercado (depois da guerra da Secessão) e pela entrada em cena da produção egípcia e, internamente, da produção paulista em condições mais competitivas”, os homens pobres e livres passaram a ser presas fáceis para os proprietários (Fiúza et al, 1998, p. 49). A Paraíba nunca contara com um número significativo de escravizados para atender as suas necessidades, sendo assim, no período de crises, em que não podiam adquirir escravos, aceitavam o estabelecimento dos camponeses pobres em suas terras. Além do que, os navios que traziam os negros escravizados, desembarcavam em Pernambuco o que os tornava mais caros para os paraibanos (MEDEIROS, 1999, p. 50).

Com a queda do algodão em meados do XIX, a atividade canavieira volta a ter seu auge e ser a principal fonte da economia. O açúcar apesar das oscilações de preço, ainda era “um grande esteio do comércio de exportação paraibano” (GALIZZA, 1979, p. 23). A historiadora Eleonora Félix aponta que em Areia o “cultivo da cana-de-açúcar possibilitou na implantação de pequenos e numerosos engenhos” (FÉLIX, 2010, p.74), sendo produzidos açúcar, rapadura e aguardente. Essa numerosa quantidade de engenhos denotaria a importância que teve o cultivo dessa matéria prima em Areia.

Consequentemente, temos uma Areia predominantemente agrícola, que se caracterizou sempre pelo sistema de monocultura, tendo suas quedas e altas na economia. Areia passou por cinco ciclos importantes: 1º) no período colonial, com a introdução e desenvolvimento da cultura canavieira; 2º) a fase do café, introduzido no início do oitocentos e que desaparece totalmente nas primeiras décadas do século XX com as pragas e o esgotamento dos solos; 3º) o retorno da cana-de-açúcar, que estava desvalorizada; 4º) o agave ou sisal é integrado em 1930, tendo seu auge durante a II Guerra Mundial, pelo seu uso em ingredientes explosivos, devido a resistência de sua fibra. Depois houve seu declínio e retorno da cana-de-açúcar como atividade principal.

Em relação à população escrava na região, em 1851, a população de Areia, contava com um total de 20.552 habitantes, sendo 18.540 livres e 2.012 escravos (PINTO, 1977 *apud* GAUDÊNCIO, 2007, p.173). Sobre a população escrava areiense desse ano, Félix (2010) aponta a “Cidade d’Areia” como a quinta da Paraíba com número de escravos, sendo 10,5% da população escrava.<sup>viii</sup> Constatando que alguns areienses para ampliar seu poder aquisitivo, se valeram da exploração escrava.

No ano de 1872, através do primeiro recenseamento, pudemos atestar uma população de 25.549, sendo 94,42% livres e 5,57% escravos. Areia teria sido nesse período de predominância branca? Ou teria sido a “Aldeia Negra” que o historiador Souto (2015) a denomina. Através do censo, podemos constatar que existem homens e mulheres livres que foram identificados como “pretos”, o que já nos daria um percentual de aproximadamente 7,86 % de negros em Areia. Mas e os pardos? A designação de pardo “era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco” (CASTRO, 1995, p. 34 *apud* NICÁCIO, 2015, p. 44). Os pardos estariam mais próximos dos brancos, e os homens livres com ascendência africana eram considerados pardos no século XIX. Assim, vemos uma população negra equivalendo a 71,24 %, o que seria mais da metade da população. No quadro geral da Paraíba, em relação a população, Rocha (2007, p. 140) nos apresenta: “Porém, considerando os dados por cor, tinha-se uma maioria de população negra (parda e preta), que somava 221.938 (188.241 pardos e 33.697 pretos), atingindo o percentual de 59%, superando, assim, o número dos brancos, que atingiram o número de 139.988 (37,2%)”, demonstrando, assim, uma Paraíba com grande contingente de negros.

Constatamos uma quantidade maior incluídos na categoria social de pretos, considerados livres do que a quantidade de escravos. Analisando dados anteriores a 1872, Rocha (2007) revelando que essa diminuição de escravos na Paraíba se deu pela lei Eusebio de Queiroz, que extinguiu o tráfico de gente, o que encareceu os escravos vindos da Costa da África. Acrescentando que houve a intensificação do tráfico interno (1850-1880), onde os “senhores da Paraíba negociaram mais de 13% de seus escravos”, deslocando escravos para o centro-sul (ROCHA, 2007, p. 144). Como



demonstrado por GALLIZA (1979, p. 144), “a Paraíba perdeu entre 1874 e 1884, no comercio interprovincial, 3.412 escravos, os quais, somados com os dados existentes para os anos 1856-1874 atingiram 3.788 cativos”. Sobre o comércio de escravos em Areia, Eleonora Félix (2010) analisando escrituras de compra e venda, assinala que os anos de 1860 e 1870 foram mais intensos, graças ao contexto já evidenciado acima, o comercio provincial e a valorização da mão-de-obra escrava devido ao “fim do tráfico”.

No censo de 1872, em que vemos uma população livre de 94,42%, 64,76% são pardos, 4,76% de pretos e 1,59% de caboclos, qual seria a função principal desses “não-brancos”? De acordo com esse censo, 30,64% estariam nas profissões agrícolas (lavradores e agricultores). Mesmo sendo elevada a condição de cidade em 18 de maio de 1846, vemos uma Areia ainda vinculada estritamente à zona rural. Analisando os bens de alguns inventariados de Areia, Eleonora Felix observa que Areia era “uma cidade que tinha seu espaço urbano atrelado ao mundo rural, ou seja, era um mundo citadino vinculado as necessidades do meio rural” (SILVA, 2010, p.63). E nesse meio rural, as relações de trabalho que compunham o sistema produtivo do Brejo paraibano foram as de escravo, morador e parceria com os lavradores. Os chamados moradores, que eram pobres livres, tinham o direito de permanecer em pequenos sítios com lavouras de subsistência, mas eram obrigados a trabalhar uma quantidade de dias para o proprietário da terra. Na Paraíba, segundo Fortes (2007), o sistema morador passou a ser usado nos canaviais e engenhos desde finais do século XVII, quando uma crise abalou o sistema canavieiro do Nordeste<sup>ix</sup>.

Pensando a questão da substituição da mão de obra escrava nos algodoais devido a lei de 1850, Galliza já aponta que não era tão difícil, pois havia nessas regiões um número de mão de obra livre pobre que era marginalizada pelos escravistas. Muitos desses já eram aproveitados pelos agricultores que não tinham condições de ter mais de três a quatro escravos. Sendo denominados de moradores, “recebiam uma terra para o roçado. Na época da colheita, estariam obrigados a entregar ao dono da terra a meia ou a terça parte da produção ou então trabalhavam para o fazendeiro, mediante um baixo salário” (GALLIZA, 1999, p.76). A de se pensar que seria uma chance para esses homens pobres livres, mas se deve levar em consideração que esses viviam em condições de trabalho que pouco se diferenciava dos escravos.

No congresso agrícola de 1878, os paraibanos se posicionaram a favor do aproveitamento dos trabalhadores nacionais livres, não por um ato de bondade, mas por ser a eles convenientes, pois esses homens livres poderiam suprir a mão de obra nos engenhos. Segundo a historiadora Ariane Norma de Menezes Sá (1999, p. 106), em Pernambuco, devido à seca de 1877-1879, o governo provincial criara quatro núcleos de cercanias para atender os flagelos e que tinha por função dividir a grande propriedade, desenvolvendo a pequena lavoura e a policultura. Muitos senhores de engenho foram contra a criação dessas colônias agrícolas, argumentando que isso seria contra à liberdade de venda e compra de mão de obra, mas o que estava por traz dessa crítica era que os proprietários rurais já tinham uma certa clareza de que a melhor maneira de incorporar o homem livre e pobre ao trabalho, sem grandes resistências, era na condição de morador-agregado. Assim, do ponto de vista político, esses núcleos agrícolas resultariam na existência de uma certa independência desses trabalhadores livres e da sua família, pois, “por terem uma terra de onde tirar o sustento, os laços de subordinação dos trabalhadores aos proprietários rurais se tornariam frouxos, o que contrariava os princípios do sistema de poder local” (SÁ, 1991, p. 106).

Em relação a população negra feminina, o censo de 1872, no quesito profissões aponta que das 732 escravas: 10 (1,3%) eram costureiras; 421 (57,51%) eram domésticas, 254 (34,69%) lavradoras. No entanto, é preciso salientar que esses serviços domésticos também ocorriam na zona rural, nas casas-grandes dos engenhos, por exemplo. Vemos assim, duas categorias que Lélia Gonzalez (1982) aborda: a trabalhadora do eito e a mucama e como esses papéis foram perpetuando no mundo do trabalho mesmo após a abolição. Analisando as “escravas do lar”, a historiadora Flávia Fernandes de Souza (2012) observa a cidade do Rio de Janeiro, através do recenseamento de 1872, constatando que a presença de mulheres escravas nas atividades domésticas era preponderante, além de mulheres livres e libertas que ocupavam consideravelmente essas funções. No município de Areia em 1872, também constatamos essas mulheres ocupando principalmente essas funções. Do número total de mulheres livres (12.223), 7.923 se diziam pardas e 553 negras e as ocupações majoritárias destas eram em serviços domésticos e em segundo lavradoras. Dessa maneira, podemos pensar que essas funções foram importantes para essas mulheres livres e libertas nos últimos anos da escravidão. Todavia, devemos atentar para a falta de mobilidade social dessas mulheres, pois “quanto a mulher negra, que se pense em sua falta de perspectiva quanto a possibilidade de novas alternativas. Ser negra, mulher no Brasil, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo colocam no mais baixo nível de repressão” (GONZALEZ, 1982, p. 96).

Na Comunidade Negra Senhor do Bonfim, através das nossas conversas com os moradores e com as informações contidas no Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, temos uma noção de como viviam as mulheres negras dessa região no pós-abolição e vemos a perpetuação de



duas práticas encontradas no recenseamento de 1872: a lavradora e a doméstica que se perpetuou até a conquista enquanto Comunidade quilombola. Beatriz Nascimento [1976] (2007) evidenciava que a mulher negra, por sua vez, sendo mulher e negra se manteve desempenhando os papéis que lhe foi relegado desde a escravidão, ocupando espaços domésticos e trabalhos rurais. Duas irmãs de um dos moradores do Engenho Bonfim trabalhavam na casa grande como domésticas: Jaceli e Maria. Dona Biu<sup>8</sup>, a matriarca da família “Pedro de Maria”, nos conta que trabalhava de lavadeira para a proprietária do Engenho. As demais mulheres ficavam responsáveis pelos roçados de casa, mas se lembram que muitas vezes tinham que ajudar os homens. As mulheres trabalharam lado a lado dos seus pais e maridos, cortando cana, puxando agave, cortando lenha e cuidado dos roçados. Os homens recebiam um salário irrisório, enquanto as mulheres não recebiam nada. Assim constatamos o que Nepomuceno (2013, p. 387) alertava: “Entre as mulheres negras, acostumadas aos percalços da vida, não havia muito espaço para a imagem da esposa passiva, submissa ao marido e dedicada exclusivamente ao lar”. Quando algumas conseguiam ir para cidade grande, principalmente João Pessoa e São Paulo, como nos conta Dona Biu, conseguiam apenas empregos como domésticas, como o caso de suas filhas.

Infelizmente alguns censos posteriores de 1890 e de 1900, não nos trazem detalhes da população negra, apenas a questão do sexo, mas não seria possível que um contingente tão grande de negros, como vimos no primeiro recenseamento, desaparecesse. Vamos aos dados,

**Quadro 1:** População Areiense de 1872 - 1920

| <b>Ano</b>   | <b>1872</b> | <b>1890</b> | <b>1900</b> | <b>1920</b> |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Total</b> | 25.549      | 26.590      | 24.817      | 43.452      |

Fonte: IBGE, Censos de 1872, 1890, 1900, 1920.

Vemos o aumento da população areiense, mesmo que pequena, no intervalo de 1872 a 1890, talvez pessoas atraídas pelo trabalho, pela fertilidade do solo ou que viam nessa cidade um lugar bom para se viver, trabalhando nos engenhos e quiçá desenvolver suas roças de subsistência. Pedro Nicácio Souto (2015, p. 41) salienta que por não ser tão elevado o aumento populacional, entre esses períodos, poderia ter ocorrido apenas um crescimento vegetativo da população local. Todavia, devemos levar em consideração que Areia durante o século XIX teve seus “boons econômicos”, com a cultura do algodão, da cana-de-açúcar, do café, do fumo e do agave, que corroboravam para um aumento dessa população. Não podemos deixar de lado que Areia, nesse período, esteve imersa em crise, quando o produto que estava produzindo sofria quedas no mercado, como visto anteriormente, o que corroborou para a diminuição nos anos seguintes.

Observamos uma diminuição da população entre os anos de 1890 a 1900, possivelmente, pela migração dos areienses, devido às crises que a atingia, como as pragas nos canaviais e nas plantações de café. A rapadura também foi perdendo seu valor ao concorrer com o açúcar das grandes usinas, além da crise da mão de obra, “já que os trabalhadores migravam para outras regiões do país em busca de melhores salários e condições de vida, como pela estagnação dos produtos no mercado” (DANTAS, 2013, p.44). Em um local em que a força da economia é a agricultura, isso agravaria ainda mais crise. Assim, com alvorecer do século XX, “algumas mudanças na organização do sistema produtivo e, conseqüentemente, no quadro social, se instalaram no espaço agrário paraibano, com reflexo direto do brejo e em sua unidade fundiária básica: O engenho de açúcar” (BRASIL, 2007, p. 25). Essas mudanças foram decorrentes da modernização do parque industrial a partir da implantação das primeiras usinas de cana-de-açúcar.

Entre 1900 a 1920 vemos um grande aumento populacional, mas devemos salientar que dos 43.451 habitantes, 36,61% (15.907) pertenciam ao distrito de Remígio que viria a se desmembrar do município de Areia em 1957, tornando-se cidade. Se levarmos em conta essa observação, a população areiense teria uma população de 27.477 no ano em questão. Os anos entre 1920 e 1930 (nesse ano não foi feito o recenseamento) teriam sido um dos piores para a economia areiense com o colapso dos cafezais e a desvalorização da rapadura, o que deixou os agricultores apreensivos, além do que ocorria o golpe de 1930 que agitou a política local e acirrou o choque entre os grupos políticos da época (conservadores e liberais). Ainda nesse período, em 1927, no município de Alagoa Grande foi inaugurada a Usina Tanques e em 1932 a Usina Santa Maria em Areia, que se tornaram grandes produtoras a concentrar a produção de açúcar, e muitos proprietários dos antigos engenhos rapadueiros, passaram a ser fornecedores de cana-de-açúcar para essas usinas, ampliando suas safras e eliminando antigos trabalhadores-moradores dessas terras.



Nesse contexto, foi entre os anos de 1913 e 1950, que a Comunidade Negra Senhor do Bonfim teve sua formação, a partir da condição de moradores, como veremos abaixo. A importância de compreender o município de Areia, anterior ao ano de 1913, se torna basilar para historicizarmos a formação desse grupo, tendo em vista práticas anteriores existentes e que se tornam ainda mais latentes no pós-abolição.

## CONDIÇÃO DE MORADOR: FORMAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA SENHOR DO BONFIM

Sobre a condição de morador, Ariane Norma de Menezes Sá (1999, p.108) salienta que esse tipo de relação custava o mínimo para o empregador, que além de conseguir o seu sustento e o da família através da agricultura de subsistência. A condição de morador “possuía um componente camponês, pois sua base era familiar”. A historiadora segue dizendo:

Essa foi a forma encontrada pelo grande proprietário para assegurar a mão-de-obra barata que substituiu o escravo, com a segurança de poder sempre contar com ela, pois estava seu constante controle. Os proprietários trouxeram o trabalhador para dentro das cercas de suas terras. (SÁ, 1999, p.108).

Ora, em uma sociedade que a economia estava baseada nos grandes latifúndios e trabalho escravo, restava a esses trabalhadores livres pobres, por não obterem acesso à terra, viverem miseravelmente. Quando conseguiam trabalho, estava abaixo de suas necessidades e restava se incorporar as grandes propriedades, na condição de morador – agregado, sendo sujeito a ser expulso a qualquer momento, perdendo sua moradia e as roças.

Com o fim da escravidão muitos negros tornaram-se morador/agregados. A abolição, como dito, não trouxe melhores condições de vida para esses indivíduos. A partir daí que surgem novas formas de sujeições para os negros, como é o caso do “caba do eito” ou morador de condição. Assim, os senhores de engenho permitiam que os agricultores sem a terra para produzir, vivessem no interior de seus territórios. O historiador Pedro Nicácio Souto (2015) analisando o pós-abolição no município de Areia através dos censos, dos processos criminais e dos jornais que circularam em Areia, busca mostrar como era a vida dos trabalhadores após a abolição, inclusive os negros libertos nos finais do século XIX e início do XX. Sobre essa questão o historiador aponta:

Assim, vale ressaltar que o “cabra de eito”, como ficou conhecido o trabalhador de engenho no pós-abolição, continuou a sofrer enormes castigos corporais como disciplina, o que denota que este trabalhador, mesmo agora liberto, sofria duras penas no seu labor cotidiano (SOUTO, 2015, p.18).

Ao apontar a condição de morador como prática comum no município de Areia nesse período, nos deparamos com essa prática no Engenho Bom Fim. O engenho foi adquirido por Honorato Barbosa em 1913, no entanto, não se sabe em que ano o Senhor João Faustino, primeiro morador, chegara nessa propriedade. O seu primeiro filho nascerá já no Engenho Bom Fim, isso por volta de 1920, e sendo assim a família dos Faustino já está estabelecida nessas terras há mais de 95 anos. Dessa forma vinte e poucos anos após a abolição, esse senhor viria a morar nessa região na condição de morador. Não se sabe de onde ele veio, pois a memória dos Faustino foi constituída a partir da vida neste lugar e nos resta a dúvida de quem seria João Faustino dos Santos? Um ex-escravizado ou descendente de escravizados do município de Areia ou de outra região a procura de melhores condições de vida? Segundo o economista e antropólogo Afrânio Raul Garcia Jr<sup>xii</sup>:

Ao pedir *morada*, quem o fazia já demonstrava não ter outra escolha melhor, que não tinha para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao *senhor* que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si. Caíam assim sob a estrita dependência do *senhor*, à diferença dos pequenos proprietários que, mesmo mostrando que não tinham meios suficientes para viverem sem trabalhar para outrem, podiam discutir sobre a remuneração do trabalho e dispunham de habitação própria. Depois da abolição da escravatura a parte essencial do trabalho nos engenhos era efetuada por moradores. (GARCIA, 1998, p 8).



Através de conversas com os moradores e nas informações contidas no relatório antropológico, apesar da ênfase ao primeiro morador, descobrimos que no mesmo período (1913–1920), chegara uma mulher conhecida como Dona Mariquinha. Sua neta Dona Pirriu<sup>xii</sup>, moradora da Comunidade, nos conta que não tem registros fotográficos de Dona Mariquinha e nem seus documentos, mas através de suas lembranças, relembra sobre essa senhora que fora uma das primeiras moradoras do Bonfim. Severina Gomes de Maria, matriarca do grupo, faz menção a Dona Mariquinha e que esta vivia do trabalho laborioso do campo para sustentar seus filhos (SANTOS, 2018). Nascida em 1886, procedente da Barra do Camará, também chamado Barra dos Negros, veio para a região do Bonfim, quando fora abandonada por seu marido, trazendo seus oito filhos e criando-os na região. Trabalhou nas terras do Bonfim até a velhice e com seu filho mais velho sustentou toda a sua família (SANTOS, 2018, 2019).

O segundo ramo familiar os “de Maria”, ou terceiro se considerarmos que ainda vivem na comunidade a neta, os bisnetos e trinotos de Dona Mariquinha, chegaram na Comunidade em meados de 1950. Os três irmãos (Miguel Pedro, Luiz Pedro e José Pedro) viveriam também na condição de morador-agregado. Sua avó materna, Maria Madalena, “morava ora em Barra do Camará, ora na região do Curimataú” (BRASIL, 2007, p.49), mudanças decorrentes da busca de melhores condições de vida, ou seja, uma forma contornar as dificuldades vividas pela família. O que reforça a tese que a inclusão dos negros no pós-abolição fora bastante difícil, sem a terra e sem ter trabalho para sustento das famílias.

Por sua vez, Josefa Maria da Conceição (mãe de Miguel Pedro, Luiz Pedro e José Pedro), foi fruto do primeiro casamento de Maria Madalena, tendo sido criada por um tio e a bisavó materna na região do Cariri paraibano. Recebendo de herança, através de seu tio, um hectare de terra na Barra do Camará. Após seu casamento com Manuel Pedro de Maria (36 anos) na cidade de Pocinhos/PB, Josefa Maria da Conceição (17 anos) passou um período no Cariri, onde teve seu primeiro filho (Miguel) em 1939, mas mudou-se para a Barra do Camará quando ele ainda era criança. A vinda dessa família para o município de Areia se deu, segundo José Pedro de Maria, na busca de melhores condições de vida, tendo em vista a falta de inverno no Cariri paraibano (BRASIL, 2007, p.50).

A propriedade que a família vivia na Barra do Camará era bastante pequena (um hectare), insuficiente para suprir suas necessidades, por isso, ainda adolescentes os três irmãos vieram trabalhar no Engenho Bonfim. Após o casamento do irmão mais velho, Miguel Pedro (falecido), com sua prima Severina Gomes de Sousa (Dona Biu) também residente da Barra do Camará, receberiam uma moradia para viver na região do Bonfim. O pai de Dona Biu, José Gomes de Sousa, por sua vez, também trabalhara no Bonfim, casado com Francisca Maria da Conceição (filha de Maria Madalena da Conceição e tia materna dos Pedro de Maria). Seus irmãos, tios de Dona Biu, trabalhavam também no Bonfim e um deles havia negociado com Honorato um pedaço de terra em troca de feijão e farinha. Tal fato já nos revela, as condições precárias e assimétricas vividas por estes. Os dois irmãos: Luiz e José Pedro, moraram no Bonfim, quando casados, em 1966 e 1975, respectivamente. Os três irmãos “Pedro de Maria” trabalharam e viveram no Bonfim por muitos anos, criando seus filhos, vendo seus netos e bisnetos nascerem naquela região, plantaram suas roças, criaram laços e lutaram juntos por melhores condições de vida, inclusive, pelo território.

O ano de 1950, em que chega os Pedro de Maria ao Bonfim, Areia contava com uma população de 46.300 almas (15.495 pertenciam ao distrito de Remígio), composto por 22.577 homens e 23.723 mulheres. Desse total 30.210 eram brancos, pretos 9.374 e pardos 6.659 e 57 não declararam a cor. Areia, então, de 1872 para 1950 tornara-se branca? Devemos lembrar que os anos pós-abolição foram intensos para tentar “embranquecer a população” e que mesmo décadas depois ainda perdurava a ideia de inferioridade e marginalização dos negros, o que levava a muitos a dizer que eram brancos ou pardos. Em relação aos censos seguintes, “apenas o de 1960 conservou o quesito *cor*, no sentido de avaliar sua distribuição nos estados brasileiros. O de 1970 simplesmente o excluiu (e o de 1980 o reinclirá apenas como amostra)”. Essa exclusão seria justificada no que denominaram de “dificuldades técnicas.” Todavia, podemos perceber a intenção de escamotear as informações “acerca da população de “*cor*” de nosso país, assim como a miséria e o desamparo em que a mesma se encontra. E isto ocultado pelo interesse de aparentar a existência de uma grande harmonia (e igualdade) racial no Brasil” (GONZALEZ, 1982, p. 96).

Ainda encontramos uma Areia rural, no censo de 1950, vivendo principalmente da agricultura. Vejamos o quadro a seguir:



**Quadro 2:** População Rural e Urbana de Areia-1950

| Distritos    | População     |              |
|--------------|---------------|--------------|
|              | Rural         | Urbana       |
| Areia        | 25.902        | 3.629        |
| Remígio      | 15.495        | 1.274        |
| <b>Total</b> | <b>41.397</b> | <b>4.903</b> |

Fonte: IBGE, Censo de 1950.

Com uma população de quase 90% na zona rural, temos uma grande porcentagem de pessoas que trabalhavam no campo. De acordo com o censo de 1950 da população ativa, totalizando 31.787 pessoas, 12.545 se dedicavam a agricultura, pecuária e silvicultura. Entre as espécies de maior apresentação temos a cana-de-açúcar, agave ou sisal, mandioca, manga, feijão, laranja, abacate, algodão e etc, e os de espécies com menor apresentação: a banana, batata-doce, milho, fumo, batatinha, fava e etc. Nos relatos dos moradores estão as lembranças dessa época em que trabalhavam compulsoriamente, tanto nas plantações de cana - de - açúcar, quanto no engenho e “puxando agave”. Na década de 1960, Areia contava com uma população de 31.710, sendo 15.207 do sexo masculino e 16.503 do sexo feminino. Dos anos 1920 a 1960, aproximadamente a cultura do agave se fez presente no município de Areia, segundo Sá (1980, p. 69 apud Dantas, 2013, p.42). Prática essa lembrada pelos moradores do Bonfim e que corresponde à época em que o município de Areia chegou a exportar fibra para o exterior. Sobre essa questão Fortes nos coloca: “Esta cultura reergueu a economia da região, ainda que seu ciclo tenha se esgotado em poucas décadas” (BRASIL, 2007, p.23). Os tempos áureos no município de Areia, não significavam melhores condições de trabalho para esses moradores, mas muitas vezes redobravam seus serviços, sem que isso refletisse em aumento nos seus ganhos.

Como vimos, entre as décadas de 1920 e 1930, foram instaladas no Brejo duas usinas para produção de açúcar e que muitos donos de engenhos passaram a ser seus fornecedores, o que culminou com a retirada de alguns moradores que viram suas roças de subsistências sendo incorporadas pelas grandes plantações e seu trabalho aumentou para seis dias da semana, passando para a “condição de assalariados”. Durante esse período os moradores continuaram na região do Bonfim, mas trabalhando de dia a noite e recebiam um salário irrisório. Suas esposas, filhas e filhos pequenos que ficavam responsáveis pelo roçado para ajudar na alimentação, já que com esse salário não dava para alimentar seus filhos.

As famílias que moravam nessa região viviam, portanto, principalmente da agricultura de subsistência, mas viviam à mercê do dono da propriedade. Dona Pirriu, moradora da Comunidade, nos conta que quando seu pai estava com uma plantação bonita, farta e ia aumentando seu roçado, o dono da propriedade os mudava de lugar, por isso nas suas recordações lembra de ter vivido em vários locais dentro da propriedade. Supomos que essa questão além de envolver o não enraizamento no lugar, também resultaria do contexto em que Areia estaria vivendo com a expansão dos canaviais, resultando na constante mudança de lugares que estes vivenciaram.

Nas décadas de 1970 e 1980, a dinâmica do município de Areia se alterou ainda mais com estabelecimento de destilarias de álcool anexadas as usinas de açúcar.<sup>xiii</sup> Durante esse período houve a ampliação da área de cana cultivada, o que consequentemente avançava sobre a área dos chamados moradores e suas culturas alimentares, resultando na falta de lugar para os mesmos morarem<sup>xiv</sup>. Esther Fortes acrescenta mais alguns aspectos:

[...] a ampliação do parque industrial alcooleiro, com a criação restauração de destilarias de álcool anexa às antigas Usinas de Açúcar e a implantação de destilarias autônomas; a incorporação de novas máquinas, novos processos e técnicas tanto no processo de produção agrícola como no industrial e a intensificação do uso de fertilização e agrotóxicos (BRASIL, 2007, p. 26).

Essas mudanças, na organização da produção<sup>xv</sup>, teriam provocado a “expulsão e expropriação maciça de moradores e pequenos arrendatários”, assim como, nas relações de trabalho com a intensificação do trabalho assalariado, prática que nem sempre fora seguida por alguns. Parte dessa população ficou vinculada a atividade agrícola como assalariados, “residindo nas periferias urbanas ou em Agrovilas”. No censo de 1980 notamos um aumento na população residente na zona urbana em relação a década anterior. A população urbana na década de 1970 contava com apenas 24,14% e a



rural, grande maioria, com 75,86, sendo 48,13% masculina (10,75% urbana e 37,38% rural) e 51,87% feminina (13,39% urbana e 38,48% rural). Já na década de 1980, a população urbana passa a ter 35,68% e a rural diminui um pouco, para 64,32%. A população urbana masculina sobe para 16,76% e a rural decai para 32,24%, o mesmo acontece com a população urbana feminina que sobe para 18,92% e a rural 32,08%.

A partir de 1986 houve uma desestruturalização do Proálcool e conseqüentemente, uma crise no setor canavieiro paraibano. Levando as usinas de açúcar tradicional, as destilarias anexas e as pequenas destilarias autônomas de álcool à falência. O fechamento dessas usinas resultou na crise econômica da região e no desemprego e, portanto, com a imigração destes para outras regiões canavieiras do Nordeste. Essa crise teria resultado em um efeito inverso do que provocara em seus tempos áureos, a “ruralização” desta mesma região. Fortes (2007, p. 28) aponta que com o fortalecimento dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores expulsos da zona rural, “através do MST e CPT”, resultou em muitos casos de ocupação das terras das usinas falidas,

[...] por parte desses mesmos trabalhadores e de latifundiários canavieiros desapropriados pelo INCRA para fins de reforma agrária. [...]. Areia e Alagoa Grande, no Brejo Paraibano (onde grande parte das terras agrícolas encontrava-se nas mãos de duas famílias de usineiros), tiveram parcelas significativas das suas terras agrícolas transformadas em áreas de reforma agrária, a partir de meados dos anos 1990 (BRASIL, 2007, p. 28).

Deste feito, os projetos da reforma agrária vão reconfigurando a paisagem do brejo paraibano e gradativamente o cultivo de alimentos em pequenos lotes vai substituindo as extensas plantações de cana-de-açúcar. Como foi o caso da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, que hoje conta com a produção e comercialização de alguns alimentos, como veremos.

**Quadro 3:** População rural e urbana areiense de 1991 a 2010

| Ano  | URBANA |        |        | RURAL |        |        |
|------|--------|--------|--------|-------|--------|--------|
|      | Homem  | Mulher | Total  | Homem | Mulher | Total  |
| 1991 | 6.109  | 6.807  | 12.916 | 7.707 | 7.517  | 15.224 |
| 2000 | 6.449  | 7.022  | 13.471 | 6.454 | 6.206  | 12.660 |
| 2010 | X      | X      | 14.602 | X     | X      | 9.235  |

Fonte: IBGE, Censos de 1991, 2000 e 2010.

No quadro acima, podemos observar que nos anos de 1991 e 2000 a maior parte da população encontrava-se na zona rural, mas que já apontava dados de um decréscimo desses moradores ao longo de dez anos, sendo no ano de 2010 que grande parte população estaria na zona urbana. Essa grande mudança, em parte seja recorrente devido a onda de violência que assola as zonas rurais do município ao longo desses anos. Nos presentes anos, Areia contava com uma população de 28.140, 26.131 e 23.837, respectivamente, e em todas as décadas houve a preponderância da população feminina. Se levarmos em consideração o censo de 1960, em termos populacionais, poderemos constatar uma queda nos seguintes anos, conseqüentemente devido a imigração dos moradores para outras regiões em busca de melhores condições de vida, principalmente com a crise das usinas no final década de 80.

A produção de cana-de-açúcar também caíra aos longos desses anos, em 1990 representava 51,18% da produção agrícola do brejo, em 1995 passou a ser de 36,85% e em 2005 de 26,99%. Mas as plantações de batata-doce, feijão e mandioca aumentaram consideravelmente na produção agrícola dessa região. Sobre essa questão Esther Fortes traz mais dados:



De forma correspondente, a área percentual plantada de cana-de-açúcar, que era de 38,32% em 1990 passou a representar 16,96% em 2005; enquanto que as áreas ocupadas com as culturas de batata-doce, feijão e mandioca que correspondiam à 37,53% da área total plantada em 1990 passaram a representar 56,69% em 2005. Neste mesmo intervalo de 15 anos a cultura de banana, no Brejo, sofreu um incremento considerável. Em 1990, o Brejo produziu 16.840 toneladas de banana e em 2005 esta quantidade chegou a 183.648 toneladas. Não é demais salientar que tanto a mandioca, quanto o feijão, a batata-doce e a banana são culturas tradicionais, produzidas em pequenas propriedades de agricultura familiar (BRASIL, 2007, p.28).

Essa cultura de cultivo desses alimentos foi encontrada no Engenho Bonfim, tanto como meio de subsistência quanto de comercialização de excedentes pelos moradores. A perda dessas terras também significaria privar-lhes de sua cultura agrícola, pois era por esse meio que tiravam parte de sua renda com as vendas de feijão, milho, macaxeira e produção de farinha, quando se estava na época de colheitas. Além da criação de animais de pequenos portes como ovelhas, porcos e galinhas, cuidados principalmente pelas mulheres. Atualmente a comunidade, após o reconhecimento, continuam com essas práticas e buscam ampliar cada vez mais, principalmente, pelos incentivos advindos após ser intitulada Comunidade Negra Senhor do Bonfim. Hoje encontramos hortaliças sem a utilização de agrotóxicos, vendidas nas feiras e prefeituras da região, além de frutas e bolos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições em que essas famílias viviam no Bonfim eram precárias, pois “na dependência da disponibilidade de terras para arrendamento ou meação, a situação ainda que os obrigasse a sujeição (...) garantia a estes o lugar de moradia e a possibilidade de tocar uma roça para o sustento da família” (BRASIL, 2007, p. 47). No auge de produção do engenho, como relatado por muitos moradores, se plantava cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura e a cultura de agave, mas na memória dos moradores foi um período marcado por muito sofrimento.

Todavia, fora nesse lugar que se formou uma comunidade negra em que os “Faustino” e os “Pedro de Maria” foram tecendo seus laços de solidariedade e sociabilidade ao longo dos anos, reafirmados pelos casamentos e por que partilharem uma história marcada pelas relações na terra e no trabalho no engenho. Assim, quando em 2002 esses moradores são expulsos dessas terras, buscam formas de se manterem naquela região, estreitando cada vez mais os laços enquanto grupo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES IMPRESSAS

BRASIL. Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Negra Senhor do Bonfim. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA, Superintendência Regional – Paraíba, n. 18, João Pessoa, 2007

### FONTES DIGITAIS

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo de 1872. Arquivo Digital da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ADBIHGB). Disponível em:

<[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v5\\_pb.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pb.pdf)>. Acesso em 05 set. 2016.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo de 1890. 1905. Arquivo Digital da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ADBIHGB). Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=51>>. Acesso em 05 set. 2016.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo de 1900. 1907. Arquivo Digital da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ADBIHGB). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222260>> Acesso em 14 set. 2016.



IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo de 1920. Arquivo Digital do Ministério da Agricultura (ADMA). Disponível em:

<<https://archive.org/search.php?query=creator%3A%22BRASIL%2C+Ministerio+da+Agricultura%2C+Industria+e+Commercio.+Directoria+Geral+de+Estatística.>>Acesso em 20 out.2016

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo 1940. Arquivo Digital da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ADBIHGB). Disponível em:

<[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII\\_Brasil.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf)>. Acesso em: 14 set.2016.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo de 1950. Arquivo Digital da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ADBIHGB). Disponível em:

<<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=767>>. Acesso em 16 set. 2016.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo de 1960. Rio Grande do Norte – Paraíba. VII Recenseamento Geral do Brasil. Rede Memória, rede da memória virtual brasileira: Biblioteca do Ministério da fazenda - Rio de Janeiro. Série Regional. Vol. I, Tomo V. Disponível em:

<<https://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/123456789/301419>>. Acesso em 16 set. 2016.

#### OBRAS GERAIS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: *Frechal: terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista*. São Luís: SMDDH/CCN – PVN, 1996, p. 11-19.

ALMEIDA, Horácio. *Brejo de Areia: Memórias de um Município*. 2. Ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1980 [1958].

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas Fonteiras. In. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF, Fernart Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

BRASIL. Constituição Federal – 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COSTA, Iany Elizabeth da. A resignificação da identidade quilombola na comunidade de Paratibe, João Pessoa-PB: uma análise a partir dos processos de resistência. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

DANTAS, Pollyana Cardoso. A arte de fiar memórias e tecer narrativas: o viver urbano do operariado areiense (1940 - 1980). 2013.151p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande.

FIÚZA, Alexandre Felipe. et al. *Uma história de Areia*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1998.

FORTES, Maria Esther Pereira; LUCCHESI, Fernanda. Comunidades quilombolas na Paraíba. In: BANAL, Alberto (Orgs.). *Quilombos da Paraíba: A realidade de hoje e os desafios para o futuro*. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013.

GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba 1850 – 1888*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1979.

GARCIA JR, A.R. Liberto e Sujeitos: Sobre a Transição para Trabalhadores livres no Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.7, p. 5-41, 1998.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. *Joaquim da Silva: Um empresário ilustrado do império*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel Therezinha (Org.). *O Lugar da Mulher: estudos sobre a Condição Feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.



GOMES, Flávio dos Santos. Roceiros e mocambeiros no Brasil escravista e da pós-emancipação: paisagens e percursos. In: PEDROZA, Adriando; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (org). *Histórias Afro-Atlânticas*: [Vol. 2] Antologia. São Paulo: MASP, 2018.

MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. *O trabalho na Paraíba: Das origens á transição para o trabalho livre*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra na sociedade brasileira. In: RATTI, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras - "Protagonismo Ignorado". In: PINSKY, Carla Bassenezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

NUNES, Mariângela D.V. Entre a Capa Verde e a Redenção: A Cultura do Trabalho com o Agave nos Cariris Velhos (Paraíba, 1937-1966). 2006. 291p. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília.

ROCHA, Solange Pereira da. Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual. 2007. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

SANTOS, Geilza da S. Mulheres quilombolas: Território, gênero e identidade na Comunidade Negra Senhor do Bonfim, Areia / PB (2005-2018). 2018. 177 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

SILVA, Eleonora Felix da. Escravidão e Resistência Escrava na "Cidade D'Área" Oitocentista. Campina Grande. UFCG, 2010, 188 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande – PB.

SOUZA, Flavia Fernandes de. *Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial*. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

SOUTO, Pedro Nicácio. Areia: uma "aldeia" negra paraibana de fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2015.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente e sociedade*, São Paulo, n. 10, 2002. <Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

## NOTAS

<sup>i</sup> Segundo Fortes & Lucchesi (2013), apenas muito recentemente alguns moradores conseguiram comprar pedaços de terra nos arredores em que os mais velhos viveram na condição de moradores.

<sup>ii</sup> O município de Areia está situado na microrregião do Brejo paraibano, no alto do planalto da Borborema, possui uma área de 269,596 Km<sup>2</sup>, com 23.829 habitantes e fica a 130 km da capital João Pessoa. Foi reconhecida como Patrimônio Histórico Nacional, em 11 de agosto de 2005, pelo Conselho Consultivo do IPHAN e homologado pelo Ministério da Cultura, através da portaria nº 073, de 29 de agosto de 2006 (SANTOS, 2018).

<sup>iii</sup> A propriedade do Engenho em cartório tem por nome Bom Fim, mas atualmente a comunidade se intitula com a grafia de Bonfim. Assim no texto será utilizado segundo esse critério para identificar a comunidade e a propriedade.

<sup>iv</sup> Os senhores de Engenho permitiam que o trabalhador tivesse direito a um pequeno sítio, onde poderiam ter sua pequena lavoura de subsistência e, ao mesmo tempo, eram obrigados trabalhar para o senhor de engenho certo número de dias.

<sup>v</sup> A Fazenda Bom Fim, pertencia ao Espólio de Maria Amazille Barbosa. O imóvel, conforme consta em Certidão expedida pelo Cartório de 1.º Ofício Notarial e Registral "Maia de Albuquerque" - Areia/PB, em 26 de maio de 2004, estava registrado sob a matrícula nº 1301, datada de 19.08.1981, com área de 160 hectares cadastrados no Incra sob o nº 210.030.000.574-0 (BRASIL, 2007, p.10).

<sup>vi</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundada em junho de 1975, sob o patrocínio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para tratar da situação dos trabalhadores rurais e dos conflitos no campo. Em relação à comunidade, auxiliou esses moradores a se fortalecerem enquanto coletividade para que organizassem as suas ações.

<sup>vii</sup> Antônio Ribeiro, conhecido popularmente como Frei Anastácio, foi coordenador da CPT/PB de 1990 a 1996 e deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de 1998 a 2006 e de 2011 a 2019.

<sup>viii</sup> As informações apresentadas pela historiadora Eleonora Félix (2010) são do Mappa Estatístico da População Livre e Escrava da Província da Paraíba do Norte em 1851, presente no Relatório do Presidente de Província da Parahyba, o Dr. Antônio Coelho de Sa e Albuquerque, em 3 de maio de 1852.



<sup>ix</sup> Essa crise teria sido ocasionada pela concorrência de açúcar com as Antilhas, a luta contra o domínio holandês e pela perda da hegemonia de Portugal.

<sup>x</sup> Severina Gomes de Maria, conhecida como Dona Biu, 80 anos, viúva, católica, ensino fundamental incompleto, agricultora, rezadeira, trabalhou na casa grande do Engenho Bonfim, como lavadeira.

<sup>xi</sup> Nesse artigo, esse autor traz como exemplo o município de Areia, fazendo uma análise das relações entre senhores de engenho e moradores. Para mais detalhes ver: GARCIA JR., A. R. Libertos e Sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 7, p. 5-41, 1988.

<sup>xii</sup> Josefa Mariano Faustino dos Santos, conhecida como Dona Pirriu, 72 anos, ensino fundamental incompleto, mora na comunidade desde que nasceu, em 1949, viúva de Floriano Faustino (neto do primeiro morador João Faustino) e neta de uma das primeiras moradoras da comunidade.

<sup>xiii</sup> Segundo Fortes (2007, p.25) essas destilarias foram implementadas graças a política governamental de “incentivos fiscais e creditícios relativos ao programa Proálcool).

<sup>xiv</sup> A usina Santa Maria, em 1978, passara a destilar álcool e além de utilizar suas próprias terras para a plantação de cana, houve uma demanda maior e assim, vários engenhos da região foram arrendados. Ocasionalmente na expulsão dos trabalhadores/moradores, que antes eram pequenos lavradores de subsistência tornavam-se “trabalhadores assalariados” dos canaviais.

<sup>xv</sup> As mudanças alcançadas por esta “modernização” eram acompanhadas pela pressão dos proprietários de terra e de capital industrial no sentido de expulsar e perseguir os trabalhadores que esboçassem alguma resistência ou que participassem da organização e da luta pelos seus direitos, já que começavam, neste momento, os movimentos de trabalhadores rurais no intuito de pressionar as autoridades federais e estaduais do setor fundiário, rural e judiciário, em busca de seus direitos. Na história deste conflito encontramos assassinatos de lideranças sindicais, religiosas e de agricultores que assumiam a frente destes movimentos (BRASIL, 2007, p. 27).

